



Evento	Salão UFRGS 2018: SIC - XXX SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2018
Local	Campus do Vale - UFRGS
Título	A Cooperação Política Interafricana dos Países de Língua Portuguesa (PALOP)
Autor	GABRIELA RIBEIRO SANTOS
Orientador	ANALÚCIA DANILEVICZ PEREIRA

A COOPERAÇÃO POLÍTICA INTERAFRICANA DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (PALOP)

Aluna: Gabriela Ribeiro Santos
Orientadora: Analúcia Danilevicz Pereira
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

O período que corresponde à independência dos Países Africanos de Língua Portuguesa, em meados de 1975, e o desenvolvimento desses Estados após a libertação colonial apresentam características particulares em relação às demais descolonizações no continente africano. Estas corroboraram com a construção de um processo de integração, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em 1996. Há a necessidade de compreender o que torna essa comunidade lusófona possível e como ela influencia o desenvolvimento dos PALOP, excluindo a relação Brasil-África neste primeiro período de estudo. Com isto, esta pesquisa parte da hipótese de que a construção da CPLP foi resultado da presença secular dos portugueses sobre a África. Partindo de um método crítico-histórico da política externa desses países, a pesquisa pode ser delimitada em cinco pontos: (a) a política colonial portuguesa para a África; (b) a construção e a política externa dos grupos de libertação nacional; (c) os PALOP sobre a Guerra Fria (pré e pós 1975); (d) as mudanças no pós-Guerra Fria, com a inflexão desses Estados e seu redirecionamento para o neoliberalismo; (e) e, finalmente, a formação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), buscando seus benefícios e vantagens para os atores interessados. Atualmente a pesquisa se encontra na transição do ponto (a) para o (b). Dessa forma, a política colonial portuguesa pode ser segmentada em cinco fases: 1492 a 1598 com a hegemonia de Portugal e Espanha; 1598 a 1688 pela ascensão de novas potências internacionais; 1688 a 1783 de expansão colonial da França e da Inglaterra; 1783 a 1870 como o período de hegemonia britânica; e, por fim, de 1870 a meados de 1970 com a divisão formal do continente africano e os conflitos gerados pela disputa europeia na região. Ainda que de formas diferentes por se tratarem de períodos seculares, é possível encontrar um padrão na política externa portuguesa para a África, resumindo-se à diplomacia e à economia. O primeiro pela ocupação costeira, dada a incapacidade de interiorização até meados do século XVII, e também da articulação diplomática sustentada pelo fomento de conflitos internos com o objetivo de manter a dominação ou conquistar mais territórios africanos. Quanto à economia, Portugal encarregou-se do estabelecimento de ciclos econômicos em seus domínios com uso de capital externo – principalmente britânico - e fluxo de lucros da exploração direcionados às potências europeias. A migração de portugueses entra, por sua vez, nas duas esferas. O sucesso português ao impor a estrutura ocidental na África de forma comparativamente cedo em relação às demais ondas colonizadoras pode ser considerada uma variável a favor da longevidade deste Império. Todavia, isto não exclui a relevância que os movimentos de oposição ao domínio português desde o século XV e de sua organização no período salazarista, representam na aprimoração de sua política colonial, sendo capaz de adaptar-se às demandas momentâneas e futuras dos atores internos e externos até a década de 70. Portanto, a assimilação da cultura portuguesa e da centralidade que o governo metropolitano sustentava nas colônias criou nos PALOP um sentimento de pertencimento, este corroborado pela elevação a províncias de Portugal a partir de 1950 com a ditadura salazarista.